

O HORROR DO DESEMPREGO

THE HORROR OF UNEMPLOYMENT

Vanessa Carla de Freitasⁱ

Resumo: Este é um estudo qualitativo descritivo, que investigou como o desemprego produz subjetividade, a partir das reflexões feitas por Forrester e Génereux em suas obras. Os dados foram coletados por meio de questionário aberto, divulgado por meio do método de bola de neve. O procedimento de análise dos dados foi a análise de conteúdo. Resultando na formulação de quatro categorias, a saber: estar desempregado é; visão social do desemprego; distorção da imagem de si; o bico foi a saída. O sentimento de vergonha, devido a perda da dignidade social, do poder de compra, etc., destacou-se na fala dos participantes. O desemprego é uma situação complexa, que não pode ser entendido somente por meio dos dados estatísticos, é preciso envolver o social, pensar de forma coletiva; apesar de ser retratado como um problema individual. O estudo mostrou que a qualificação não garante empregabilidade e que a indicação no Brasil ainda supera a qualificação. O horror do desemprego é o pouco engajamento na busca por soluções duráveis e favoráveis a todos por parte dos constituídos em autoridade. Para estudos futuros se sugere investigar a relação do desemprego com o aumento do número de pessoas vivendo em condições de miséria.

Palavras-chave: desemprego. Qualificação. Emprego. Trabalho.

Abstract: This is a descriptive qualitative study, which investigated how unemployment produces subjectivity, based on the reflections made by Forrester and Génereux in their works. Data were collected through an open questionnaire, disseminated through the snowball method. The data analysis procedure was the content analysis. Resulting in the formulation of four categories, namely: being unemployed is; social view of unemployment; distortion of the image itself; the nozzle was the exit. The feeling of shame, due to the loss of social dignity, purchasing power, etc., stood out in the participants' speech. Unemployment is a complex situation that cannot be understood only through statistical data; it is necessary to involve the social, to think collectively; despite being portrayed as an individual problem. The study showed that qualification does not guarantee employability and that the indication in Brazil still exceeds qualification. The horror of unemployment is the lack of commitment to the search for durable and favorable solutions for all those constituted by authority. For future studies it is suggested to investigate the relationship of unemployment with the increase in the number of people living in conditions of misery.

Keywords: Unemployment. Qualification. Employment. Work.

Recebido em: 22/10/2019 – Aprovação: 23/11/2022

1 INTRODUÇÃO

“[...] é preciso o sacrifício de milhões de vidas para que um “problema” nos incomode, e dezenas, ou melhor, centenas de milhões para que nos comova de verdade” (GÉNÉREUX, 2003, p.29). O desemprego é uma realidade que só ganha destaque quando atinge números gigantescos, no entanto, os indivíduos não estão cinco, dez, vinte por cento desempregados, estão cem por cento marginalizados e desprovidos de sua dignidade (GÉNÉREUX, 2003). Dessa forma, o desemprego não afeta somente uma parte do sujeito, mas esse por completo. Além disso, essa condição transforma a realidade das pessoas e produz subjetividades.

Os avanços tecnológicos têm contribuído para que os postos de trabalho sejam transformados e em alguns casos, desapareçam devido à automatização do trabalho (GÉNÉREUX, 2003). No entanto, isso não é novidade, as atividades de trabalho sempre estiveram em contínua transformação, a questão é a extinção, a substituição dos postos de trabalho humano por máquinas e não uma transformação na forma de fazer a atividade de trabalho (FORRESTER, 1996). Assim, o desemprego que possuía como característica ser uma fase temporária, agora estende-se por meses e até anos (FORRESTER, 1996).

Diante disso, o nível de desemprego vivenciado pelo país não pode ser visto com surpresa, pois desde a década de 90 já era possível ver a situação crítica para qual o mercado de trabalho caminhava (NOCCIOLI, 1999; FARINA; NEVES, 2007), o qual se agravou substancialmente a partir de 2008. Apesar disso, somente em 2015 que a situação ganhou atenção popular, à medida que uma parcela maior da sociedade passou a sentir-se ameaçada pelas demissões em massa, pelo número decrescente de vagas de emprego (POCHMANN, 2015; ROSSI; MELLO, 2017; LISBOA, 2019). Conforme indicavam os estudos de Forrester (1996), Noccioli (1999) e Génereux (2003), com a grande procura pelos postos de trabalho, o grau de instrução, a qualificação e tempo de experiência profissional requeridos tornou-se mais alto e menos acessíveis às pessoas mais necessitadas.

Segundo Noccioli (1999) e Mészáros (2002), nunca o desemprego foi tão avassalador, assolando não somente os sujeitos com pouco ou nenhuma qualificação profissional, mas também os que possuem formação superior, pós-graduados, jovens, adultos, inexperientes e experientes. Muitas incertezas permeiam a situação do desemprego no Brasil. Os indícios não mostram que esse período tenebroso está próximo do fim (ROSSI; MELLO, 2017). Apesar de ser constantemente divulgadas pesquisas que apontam para um aumento no número de pessoas

empregadas, as filas com centenas de pessoas que se candidatam a uma única vaga de trabalho, não corroboram essa informação (VERÍSSIMO, 2019).

Em outra dimensão, as mudanças na legislação, com o intuito de despertar o mercado de trabalho, não favorecem a população mais necessitada, visto que as mudanças nas formas de contratação, como a intermitente, reduzem a segurança, pois nesse formato, o sujeito só realiza o trabalho quanto solicitado pela organização, e seu salário torna-se incerto, dependente da produção do mês (NOGUEIRA, 2017; VEIGA, 2019; NACIF; SOUZA, 2018). Dessa forma, a população perde poder de compra, já não dispõe de poder de negociação, perde o elemento credibilidade e, conseqüentemente, crédito.

Nesse cenário, uma alternativa adotada por muitos brasileiros para sobreviver, não perder qualidade de vida, é o trabalho informal (NOCCIOLI, 1999; JARDIM, 2004; FARINA; NEVES, 2007). Segundo Vargas (2015), o trabalho informal caracteriza-se pela realização de atividade remunerada sem garantias trabalhistas como carteira de trabalho, ligação com a previdência social ou proteção social. Assim, a condição de informalidade aumenta o número de pessoas vivendo em condições de vulnerabilidade (PEREIRA; CABRAL, 2019).

Dessa forma, é possível pensar em uma desestruturação do mercado de trabalho, que não oferece oportunidades reais de melhora de vida para a população, mas lança à sorte sobre a sobrevivência das pessoas (SANTOS, 2008). Nas ruas das cidades é possível ver os resultados dessa situação, com aumento crescente da população de rua (TOLENTINO; BASTOS, 2017). Diferentemente do senso comum, que aponta a população de rua como decorrente do consumo de drogas, há moradores de ruas que são fruto da crise econômica, da perda de postos de trabalho, do salário e conseqüentemente da moradia (TOLENTINO; BASTOS, 2017).

Dessa forma, os efeitos financeiros e econômicos da crise financeira e, conseqüentemente, do desemprego são muitos e já foram estudados em diversos trabalhos, nas mais diversas áreas de conhecimento. Este trabalho as utiliza como inspiração e fonte, são áreas colaboradoras deste estudo a sociologia, ergologia, filosofia e o direito, devido às contribuições fundamentais para a devida compreensão da temática proposta. Um ponto salientado por esses materiais são os efeitos do desemprego no sujeito, suas relações familiares, sociais e do sujeito consigo mesmo.

Dentre esses efeitos, é possível destacar a produção de subjetividades, entendida como processo pelo qual a realidade é percebida, interpretada e construída socialmente (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Assim, a vivência da condição de desempregado, buscando e participando de processos seletivos e concursos sem o retorno esperado, altera a percepção da realidade, produzindo subjetividade (MARTINES; MACHADO, 2010; SILVA; SANTOS, 2011).

Ademais, este estudo tem por influência os trabalhos de Viviane Forrester (*O Horror Econômico*) e Jacques Généreux (*O Horror Político*). Ambos os materiais realizam reflexões sobre os efeitos das políticas na vida dos sujeitos e seus possíveis efeitos devastadores. Neste trabalho aborda-se, a luz dos pontos levantados, sobre o horror do desemprego, produto final do horror econômico e político. Os autores citados, teceram suas considerações sobre a situação da França e da Europa. No entanto, os pontos refletidos apresentam semelhanças com a realidade vivenciada no Brasil na última década, posto isto, optou-se pela utilização destes como lente para tecer reflexões sobre este grave problema que assola a população brasileira.

Este trabalho tem como problemática, como o desemprego produz subjetividades? Organizado da seguinte forma, após esta introdução segue os tópicos: 2) o valor do trabalho; 3) diferença entre trabalho e emprego; 4) os números do desemprego; 5) os efeitos sociais do desemprego; 6) os efeitos políticos econômicos do desemprego; 7) o desemprego e a subjetividade, 8) a metodologia, 9) a análise e discussão e, por fim, as considerações finais.

2 O VALOR DO TRABALHO

O trabalho não é somente um processo de troca de força de trabalho por benefício monetário, mas um laço social do qual o sujeito não pode fugir (PETINELLI-SOUZA; SOUZA, 2012). Segundo Ribeiro (2000), o trabalho como usualmente é conhecido tem origem no período de industrialização, da administração científica de Taylor, Ford e Fayol, com o surgimento da divisão do trabalho, a confecção de normas e regras que regiram a forma de fazer o trabalho. Por outro lado, para Schwartz (2015), o trabalho surgiu da necessidade da produção dos bens não encontrados naturalmente no ambiente. Segundo o autor, o trabalho só existe a partir do estabelecimento de regras que estipulem a forma como o mesmo será realizado.

O valor social do trabalho é alto (DUBAR, 2012), uma herança histórica da humanidade em constante transformação ao longo das décadas. No entanto, há trabalhos que são almejados e outros que são discriminados e rejeitados (DUBAR, 2012; HOLZ; BIANCO, 2014). É pouco provável que os pais de uma criança desejem que seu filho trabalhe como trabalhador de limpeza pública, mas sim, como médico, advogado, engenheiro, *youtuber*, artista, jogador de futebol, que são trabalhos estimados socialmente.

Desse modo, alguns tipos de trabalho são constituídos de *status* social e outros de estereótipos (DUBAR, 2012), como os advogados, que são admirados e mesmo possuindo apenas a graduação em direito e o registro da ordem, são chamados de doutor, o que lhe envolve de uma dignidade social e respeito que um uniforme da empresa de limpeza pública retira

(DUBAR, 2012). Dessa forma, o valor do trabalho é demonstrado na imagem social impressa sobre determinada profissão e/ou trabalho (JARDIM, 2004).

Em outra dimensão, pode-se pensar o trabalho para além da imagem social, como um laço social que envolve as pessoas (PETINELLI-SOUZA; SOUZA, 2012), o qual não se restringe a recompensa monetária, mas está relacionado a atividade por meio da utilização dos conhecimentos e experiências do sujeito, regido por normas preestabelecidas, direta ou indiretamente (HOLZ; BIANCO, 2014). Dessa forma, uma dona de casa no exercício cotidiano do cuidado do lar, uma vendedora de doces no ônibus, são trabalhadores. Assim, o valor do trabalho não pode ser medido somente pela quantia monetária a ele atribuído.

3 DIFERENÇA ENTRE TRABALHO E EMPREGO

O termo trabalho traz implícito em si uma série de identificações e conceituações, que abordam características específicas e muitas vezes distintas. Segundo Albornoz (1986), o termo tem como origem um instrumento de labor de três pontas, utilizado para arar à terra. Ainda segundo a autora, esse está associado a ideia de punição, uma ação necessária para que com o suor do rosto o sujeito consiga o seu sustento. O trabalho é a resposta as necessidades humanas, que deixa a vida nômade e passa a fixar-se em um lugar, por meio da produção desses itens (ALBORNOZ, 1986). Logo, é um elemento diferenciador dos seres humanos e dos demais seres vivos, é o que o torna humano (RIBEIRO, 2000).

Holz e Bianco (2014), em seu artigo *O conceito de trabalho na Ergologia: da representação à atividade*, fazem um panorama sobre os conceitos de trabalho ao longo da história humana, o qual indica que no princípio o trabalho era visto como uma forma de graça e purificação social, espiritual. Outrossim, com o tempo essa ideia foi mudando e o trabalho passou a ser compreendido como forma de punição (AGOSTINHO, 1969, 1990; 2005).

Em outra dimensão, o trabalho é fonte dos meios de consumo. O pensamento de Marx (1988) sobre o capitalismo, alerta para o fato que usualmente a ideia de benefício monetário e poder de comprar estão intimamente ligados a sociedade de consumo vigente neste século. Consumir é visto como sinônimo de felicidade, prosperidade, sucesso, e com isso, quando as pessoas perdem esse poder (de compra), são vistas como pessoas infelizes, fracassadas e sem respeito, taxadas de miseráveis e dignas de pena e quando não, de medo (RIBEIRO; ABECHÉ, 2013; ANDRADE; ZECCHIN, 2017; BARROS; GUTEMBERG, 2018).

Segundo Reinert (2001) o trabalho consiste em uma atividade social indispensável para o desenvolvimento material e social da sociedade humana. Para o autor, trata-se de uma

condição do ser humano, do qual não se pode desfazer ou distanciar. Por esta perspectiva, o trabalho não se restringe à relação de troca de força de trabalho por benefício financeiro (RIBEIRO, 2000; HOLZ; BIANCO, 2014).

Por outro lado, o emprego é fruto do capitalismo, representa a ligação do trabalhador com o meio de produção capitalista, mas não obrigatoriamente com a organização, já que normalmente esta pode ser escolhida pelo trabalhador (REINERT, 2001). Esse mediado por uma relação de troca, onde há o empregador, sujeito pagador e detentor dos meios de trabalho, e o empregado, sujeito realizador de atividades predeterminadas e homologadas por normas, sancionadas por contrato ou registro na carteira de trabalho e nos documentos organizacionais (RIBEIRO, 2000). Neste estudo escolheu-se por fazer essa distinção devido perceber o trabalho como algo muito maior, que engloba os conceitos de emprego, e por sua relação direta com a subjetividade dos empregados, que é afetada e afeta a realidade do sujeito.

O desemprego é entendido como a ausência de emprego e, conseqüentemente, dos meios de obtenção de subsistência (REINERT, 2001). No entanto, não representa falta de trabalho, pois como discutido anteriormente, uma pessoa que cuida do lar, um voluntário é um trabalhador, porém não remunerado. A ausência da recompensa monetária caracteriza o desemprego, assim como ser uma situação temporária e transitória (SANTOS, 2008).

Outra característica relevante sobre a condição da ausência de emprego é que esta demanda o reconhecimento pelo próprio sujeito (JARDIM, 2004). Salienta-se o caso dos indivíduos que realizam atividades informais para garantir o sustento, mas não são identificados como empregados, pois não possuem a relação formal, um contrato que certifique a condição empregatícia (JARDIM, 2004).

Uma consequência da falta de emprego é a perda da legitimidade e credibilidade social, dos direitos trabalhistas e do *status* de empregado, que asseguram a participação social (RIBEIRO, 2000). A relevância desse vínculo pode ser exemplificada quando um sujeito concede uma entrevista a um jornal, televisionado ou impresso, após o nome do sujeito vem a sua ocupação social; professor, pedreiro, advogado, desempregado. Assim, ao perder seu posto de trabalho, o sujeito é destituído da sua profissão temporariamente. Não se refere ao sujeito como sendo um professor desempregado, pedreiro desempregado, mas um desempregado em sua totalidade. Dessa forma, o desemprego é uma perda para o sujeito, a começar pela própria posição social e identificação enquanto cidadão (RIBEIRO, 2000).

Salientam-se as diversas transformações ocorridas na condição de ausência de emprego. Antes o período de desemprego era curto e, devido a isso, muitas pessoas somente procuravam outro posto de trabalho ao fim do seguro desemprego (RIBEIRO, 2000; JARDIM, 2004).

Atualmente esse período tornou-se longo, podendo estender-se por anos (RIBEIRO, 2000; JARDIM, 2004). Uma consequência desse prolongamento é aumento das atividades informais de trabalho, aceitação de remuneração e condições de trabalho insuficientes, insalubres (RIBEIRO, 2000; JARDIM, 2004).

4 OS NUMEROS DO DESEMPREGO

O desemprego, segundo Noccioli (1999) e Noronha (2001), antes da década de 60, tinha como principal característica a falta de qualificação, devido às fábricas estarem iniciando suas atividades e, demandando não somente trabalhadores braçais, mas também mão de obra qualificada. Segundo Noronha (2001), o desenvolvimento econômico é um fator atenuante desse processo de desemprego; há a necessidade de fazer mais com menos recursos, ser competitivo, obter mais lucro em meio a todas as despesas oriundas da instalação e manutenção de uma empresa. Essa condição levou muitas organizações a terceirizar algumas atividades, realizar fusões e incorporações como forma de otimização da produção, contribuindo para o desaparecimento de muitos postos de trabalhos (NOCCIOLI, 1999; NORONHA, 2001).

Por outro lado, é *mister* esclarecer alguns conceitos amplamente utilizados na discussão sobre desemprego. Todos os conceitos são oriundos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

- População ocupada: pessoas que no período de referência realizaram atividade de trabalho, remunerada ou não.
- População desocupada: pessoas que no período de referência não realizam ou estavam disponíveis para realizar atividade de trabalho e não conseguiram trabalho.
- População em Desalento: pessoas que no período de ao menos seis meses procuraram emprego de forma ininterrupta, e que no período de trezentos e cinquenta e cinco dias já não procura, desistindo de procurar qualquer tipo de atividade de trabalho remunerado.

Existem, ao menos, dois tipos de desemprego, o tipo aberto, onde pessoas com idade economicamente ativa não estão exercendo ou procurando uma atividade remunerada pelo período de trinta dias (JARDIM, 2004). Outro tipo é o oculto, onde o sujeito exerce atividade remunerada, porém sem registro e/ou em condições precárias, desalento (JARDIM, 2004).

Independentemente do tipo de desemprego vivido pela população brasileira, seus números crescem velozmente. Os órgãos governamentais e não governamentais apresentam cada qual sua análise da situação pautados em dados que nem sempre tem mesma base de

análise. Segundo Reinert (2000), existem diversas formas de se medir o nível de desemprego, no mundo as variações da situação de desemprego são extremas, indo de 3% a 14% no mesmo período, dependendo dos conceitos, fontes e metodologias utilizados. No Brasil dois institutos são amplamente utilizados para acompanhar o desenvolvimento da situação de desemprego, o IBGE e o Departamento Intersindical de Estudos Sociais e Econômicos – DIEESE, cada instituto entende os conceitos de ocupação, emprego, desemprego e desocupação de formas distintas, o que acarreta diferenças (REINERT, 2000).

O IBGE, em seus procedimentos, considera como empregada toda a população que recebe alguma forma de benefício, na forma de dinheiro ou outros bens, como: moradia, vestuário, alimentação; o que torna passível a aceitação nos dados a presença dos militares em serviço obrigatório e os clérigos. Considera desocupados aqueles que procuram emprego de distintas formas, seja o primeiro emprego ou um novo posto de trabalho (NOCCIOLI, 1999). Ocupados como aqueles que exercem alguma função que lhe atribua renda, com ou sem registro em carteira. Dessa forma, o IBGE considera a taxa de desemprego aberto, considera as pessoas que estão desocupadas e o número de pessoas economicamente ativas; com essa metodologia o índice de desempregados no Brasil em 2018 foi de 12,3% (IBGE, 2019).

O DIEESE, entende o desemprego de forma mais complexa, considerando as políticas públicas ineficientes que não se ocupam em gerar postos de trabalhos efetivos (POCHMANN, 1998; NOCCIOLI, 1999). Além disso, segundo Pochmann (1998) e Noccioli (1999) reconhecem que as pessoas desempregadas possuem necessidades reais para sua sobrevivência, as quais devem ser atendidas. Compreende também que, atividades informais, bicos, são alternativas praticadas como fonte de subsistência, o que não caracteriza emprego (POCHMANN, 1998; NOCCIOLI, 1999).

Logo, os resultados de cada entidade diferem, visto que o IBGE considera como ocupadas pessoas com trabalhos temporários, que não lhe garantem a restituição de sua condição de vida, dignidade, posição social, mas o contrário, os jogam mais para a margem (POCHMANN, 1998; NOCCIOLI, 1999). Um exemplo são os números do desemprego em São Paulo em 2018, para o DIEESE a taxa de desemprego foi de 16,3%, enquanto para o IBGE foi de 14,2%.

Apesar das diferenças conceituais existentes, o desemprego é um problema que só cresce e cujos efeitos vão muito além da falta de dinheiro, do trabalho formal; mas adentra e molda o mundo do sujeito e o mundo social que o cerca.

5 OS EFEITOS SOCIAIS DO DESEMPREGO

Segundo Chanlat (1992), o humano é um ser histórico, que precisa sentir-se parte de uma comunidade, a qual influencia e é influenciada por laços sociais. Dessa forma, o desemprego é uma condição desfavorável socialmente para o sujeito. Jardim (2004) em *Entre o desalento e a invenção: experiências de desemprego em São Paulo*, aborda a condição desalento e as dificuldades presentes no mercado de trabalho. Segundo autora, o desemprego é uma temática presente em todos os países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, manifesta-se de forma específica em cada região, por essa razão, seus efeitos são distintos e demandam estratégias especializadas.

Independentemente da localidade, o termo desemprego traz consigo uma série de estereótipos pejorativos, como: vagabundo, desocupado, marginal, miserável, está desempregado porque quer, preguiçoso, etc. (JARDIM, 2004). Essas imagens compartilhadas socialmente desconstruem o profissional, todo o caminho profissional desenvolvido ao longo da existência do sujeito fica em estado inativo até o restabelecimento da sua situação empregatícia (JARDIM, 2004; DUBAR, 2012; NEVES, et. al., 2018). Estar desempregado significa estar vulnerável, exposto ao julgamento das pessoas que mesmo sem saber o motivo da perda do emprego imaginam que o sujeito é incompetente, preguiçoso, que não se esforçou o suficiente (JARDIM, 2004).

Diante desse quadro, o sujeito vê-se obrigado a aceitar oportunidades de trabalho que lhe são inadequadas e até mesmo degradantes (RIBEIRO, 2000). Assim, pode-se pensar que ter emprego não é garantia de uma vida digna, acesso à alimentação, vestuário, saúde, educação, mas sim que o sujeito obterá o mínimo para sobreviver. Quando o indivíduo perde o emprego que lhe garante a subsistência, o sujeito está sendo destituído da própria dignidade, e constrói uma autoimagem negativa, propiciando o desenvolvimento de doenças como: depressão, pânico, etc. (JARDIM, 2004; DUBAR, 2012).

Além disso, uma das consequências da falta de emprego é o aumento da violência, propiciado pela fome, endividamento, perda da moradia, etc. (ALVES, 2017; JORNAL HOJE, 2022). Essa situação conduz o indivíduo ao desespero, a aceitar outras maneiras de sobreviver como atividades remuneradas ilícitas, por exemplo, o tráfico de drogas (REINERT, 2001). A perda da residência agrava a situação do desempregado, que agora não é somente um desempregado, mas um mendigo, um viciado (ALVES, 2017; JORNAL HOJE, 2022).

Consequentemente, a perda dos meios de subsistência, leva à perda da dignidade, humanidade. O sujeito passa a ser visto como lixo social, algo que enfeia as ruas dos belos bairros nobres (FORRESTER, 1986; NOCCIOLI, 1999; RIBEIRO, 2000; BAUMANN, 2005;

GÉNÉREUX, 2003). Além disso, a presença da pessoa em situação de rua evidencia os problemas sociais que só crescem nas grandes e pequenas cidades, os quais são diversas vezes encobertos pelo poder público e ignorado pela sociedade (FORRESTER, 1986; NOCCIOLI, 1999; RIBEIRO, 2000; BAUMANN, 2005; GÉNÉREUX, 2003).

5.1 O Bico como Trabalho

A situação de desemprego, conforme Forrester (1996), envolve o sujeito por completo, porém a vida fora da situação de desemprego continua existindo, as contas continuam chegando, há necessidades básicas que precisam ser supridas, como: alimentação, vestuário, moradia, etc., os quais não podem ser contempladas de forma fracionada, o sujeito precisa de ações concretas, de resultados concretos. Diante disso, as pessoas começam a buscar maneiras de obter o sustento, no trabalho informal, nos bicos (NOCCIOLI, 1999; JARDIM, 2004; FARINA; NEVES, 2007).

O sujeito ao realizar um bico não está empregado, mas também não está desocupado, há uma remuneração, as contas são pagas, as demandas sociais são atingidas, mas não é uma reinserção social, pois o sujeito ainda se encontra em situação de desemprego (JARDIM, 2004; PETINELLI-SOUZA; SOUZA, 2012). O bico ameniza o constrangimento de ser visto como uma pessoa marginalizada, possibilita a manutenção da moradia, a dignidade, mas não devolve a segurança (RIBEIRO, 2000; JARDIM, 2004; SANTOS, 2008). Segundo Dejours (1992), a possibilidade de voltar a contribuir não garante satisfação, permite que o sujeito se reconstrua, por meio de um processo doloroso de insegurança e de reinvenção.

O trabalho informal com todas as suas incertezas e dificuldades é uma alternativa para muitos brasileiros que estão lutando para cumprir suas responsabilidades, ter uma vida digna e com qualidade. Segundo Dubar (2012), uma ferramenta que auxiliou muitas pessoas a se reinventar foi a *internet*, que possibilitou aprender a fazer algo que lhe garantirá uma remuneração. Ainda segundo o autor, algumas pessoas descobriram uma nova carreira na *internet*, são os influenciadores digitais (DUBAR, 2012). Os bicos ajudam na economia do país, já que as pessoas continuam consumindo, no entanto, muitos desses trabalhadores não se preparam para o futuro, e não possuem garantias de futuro, é uma atividade envolta em incertezas e competitividade.

No entanto, segundo Santos (2008), o problema com o trabalho informal é a falta de segurança e instabilidade, principalmente em caso de doença, já que muitos trabalham completamente na informalidade sem nenhum resguardo. Ainda segundo o autor, há uma

crescente presença de trabalhos informais ilegais, como: contrabando, pirataria, prostituição, tráfico de drogas, assaltos, sequestros etc., que agravam a situação social do desemprego.

6 OS EFEITOS POLÍTICOS ECONÔMICOS DO DESEMPREGO

As situações políticas e econômicas do país impactam no enfrentamento das questões sociais, por exemplo, a corrupção, que impede que os impostos pagos pela população sejam aplicados inteiramente nas questões públicas de interesse (LEAL; RITT, 2017). Dessa forma, a corrupção, favorece uma pequena parcela da população, que já dispõe de seus próprios recursos, e utiliza a corrupção, má distribuição de renda como forma de manter-se no poder e de enriquecer mediante o empobrecimento e a miséria da população menos favorecida (LEAL; RITT, 2017; ABRUCIO; LOUREIRO, 2018).

Segundo Génèreux (2003), as políticas públicas deveriam atender as necessidades de todos os sujeitos, possibilitar a conquista de melhores condições de vida a todo cidadão. Segundo o autor, aos governos cabe assumir suas responsabilidades, buscar soluções efetivas para as necessidades das comunidades e não se ater em medidas paliativas, que pouco ou nada resolvem. Ainda segundo o autor, é função do governo e das políticas públicas garantir que, por meio de uma gestão eficaz, situações que prejudiquem os cidadãos possam ser solucionadas antes que seus efeitos sejam nocivos.

No entanto, o caminho apresentado ao trabalhador não é este, mas sim, que o desemprego é uma consequência da falta de qualificação, experiência, vontade do trabalhador; que há vagas, mas não há pessoas para ocupá-las (BRANDÃO, 2002; OLIVEIRA, 2011). A transferência da responsabilidade pela situação de desemprego para o trabalhador, gera um alto investimento em qualificação, podendo levar ao endividamento e esgotamento do sujeito.

Apesar desse esforço, porém, o emprego ofertado não atende as necessidades e nem traz o retorno sobre o investimento feito pelo trabalhador, que é compelido a aceitar salários e formas de contratação que não lhe asseguram a possibilidade de melhoria de vida (NOGUEIRA, 2017; VEIGA, 2019; NACIF; SOUZA, 2018). Segundo Génèreux (2003), essa postura dos governos não só conduz a população a precariedade de vida, como não contribui para que o país efetivamente cresça e se desenvolva economicamente.

7 O DESEMPREGO E A SUBJETIVIDADE

A subjetividade pode ser entendida como a forma de perceber o ambiente, a sociedade e a si mesmo (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Segundo Guattari e Rolnik (1996), Martines e Machado (2010), Silva e Santos (2011), os sujeitos nas suas relações, experiências estão em constante produção de subjetividade, a qual é alterada constantemente, à medida que novos elementos são inseridos no contexto. Salienta-se que um sujeito não possui somente uma subjetividade, mas subjetividades, no plural, as quais a partir dos valores, experiências transformam-se continuamente (MOREIRA; DUTRA, 2006).

Desse modo, pode-se pensar que a situação de desemprego deforma a imagem social do sujeito, que deixa de ser o indivíduo economicamente ativo, cumpridor de seus compromissos, respeitado por seus pares e familiares, para um ser economicamente inativo, inútil socialmente, um *sem-teto social* (BAUMANN,2005). Essa lente de estereótipos produz subjetividades, novas formas de perceber, entender e agir no mundo (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Segundo Santos (2008), o desemprego provoca uma série de sentimentos nefastos, como: vergonha, rejeição, abandono, insegurança, angústia, ansiedade. A perda do emprego pode significar o início de um período de perdas: salarial, de poder de compra, da família, dos bens materiais, do respeito, da saúde física e mental (JARDIM, 2004).

Diante da necessidade material e social de um emprego, muitas pessoas acabam aceitando empregos em condições insalubres, desumanas, ilegais. Segundo Maslow (1943), os sujeitos quando satisfazem uma necessidade buscam novas necessidades a serem alcançadas. Dentro dessa dimensão, apesar do sujeito não estar plenamente satisfeito, ele percebe a situação como positiva, devido à reinserção no mercado de trabalho, no meio social (VEIGA, 2019). Apesar disso, com o passar do tempo o sujeito passa a desejar melhorias no salário, atividade mais digna, e quando não supre essa necessidade o emprego se torna uma tortura e não mais salvação (DEJOURS, 1992).

Independentemente de tratar-se de um emprego ou trabalho, a subjetividade sempre está consonância com a realidade vigente, sem se desfazer das experiências vividas anteriormente, pelo contrário, as utilizando para compreender o presente, e agir sobre ele (MARTINES; MACHADO, 2010). Dessa forma, as experiências vividas durante o desemprego não são esquecidas com o retorno ao mercado de trabalho, mas formam uma nova visão de mundo, positiva ou negativa.

Segundo Forrester (1996), o efeito mais destrutivo do desemprego é o sofrimento que este provoca nos sujeitos. Mesmo que o sujeito tenha uma forma de conquistar seu sustento, se esse não lhe fornece o *status* de empregado, há presença de sofrimento e exclusão social. Segundo Jardim (2004), o bico, apesar de ser uma solução imediata para o problema da

subsistência, também representa uma perda de identidade, do sentimento de pertença social, da dignidade do sujeito, devido essa atividade não ser reconhecida como emprego e trazer em si o estereótipo marginalizado e inferior.

Diferentemente do noticiado, a qualificação profissional, técnica ou superior, sozinha não garante empregabilidade, há pessoas qualificadas que não conseguem postos de trabalho adequados. Para esses, além do sentimento de vergonha do desemprego, há desmotivação, devido o tempo e recursos investidos sem o resultado esperado, despertando sentimentos de raiva, frustração, indignação e até injustiça (JARDIM, 2004). Neste estudo reconhece-se a importância da qualificação, porém critica-se a imagem de que somente a qualificação garantirá um emprego. Há elementos distintos, já mencionados anteriormente, que devem ser satisfeitos para que a qualificação individual do sujeito possibilite a conquista do emprego.

Noccioli (1999), diz que um caminho para resolver a questão do desemprego são ações coletivas e menos individualista, onde empregadores e empregados em todos os níveis possam ter condições genuínas de obter qualidade de vida. Ainda segundo a autora, é preciso que a população não aceite condições que desfavoreçam a qualidade de vida. Forrester (1996) diz que, para que a questão do desemprego possa ser solucionada, é preciso uma mudança social, que todos abracem o processo e não fiquem tentando salvar a própria pele em detrimento do outro.

8 METODOLOGIA

Este é um estudo qualitativo, que segundo Godoy (1995) e Neves (1996) utiliza as falas, textos, documentos como instrumento de investigação; busca entender os acontecimentos por meio do olhar dos indivíduos. Neste estudo alguns dados estatísticos foram utilizados para gerar um quadro informativo sobre o perfil dos participantes, o que não caracterizou um estudo quantitativo, mas um suporte para a investigação e análise dos dados. Foi utilizado como procedimento técnico o estudo descritivo, cuja finalidade é descrever, classificar e interpretar os elementos do fenômeno, sem pretensões generalizantes (TRIVIÑOS, 1987; DANTON, 2002).

Os dados foram coletados por meio de questionário aberto, que é um procedimento onde se envia aos participantes da pesquisa perguntas preestabelecidas, as quais seguem um roteiro específico, seguido da mesma forma por todos os respondentes (PRADANOV; FREITAS, 2013). Segundo os autores citados, diferentemente de uma entrevista, no questionário as

respostas as questões devem ser feitas por escrito ou através da marcação de uma alternativa preestabelecida pelo elaborador do estudo.

O envio dos questionários realizou-se pelo método de pesquisa bola de neve, onde o questionário foi enviado as pessoas-chave, chamadas sementes, as quais após responderem enviavam o *link* – endereço digital da pesquisa – para os sujeitos, os quais podiam ou não aceitarem participar do estudo, os quais deveriam enviar o estudo para outras pessoas que atendessem aos requisitos, os quais foram comunicados no cabeçalho do questionário, que também solicitava a confirmação na participação do estudo (VINUTO, 2014). Além disso, utilizaram-se as mídias sociais da pesquisadora e dos participantes colaboradores para divulgação e convite a participação do estudo, por meio da publicação do link do questionário.

O perfil buscado dos participantes do estudo era: homens e mulheres em idade economicamente ativa – 18 a 65 anos – que durante o período de 2008 até março de 2019 que estivessem em situação de desemprego por ao menos um mês. Os participantes poderiam ser de qualquer estado da República Federativa do Brasil.

A análise dos dados teve como procedimento inspirador a análise de conteúdo da Bardin (2006), o qual analisa as falas, documentos e textos, os quais atendiam aos requisitos de: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência (BARDIN, 2006). Foi realizada a organização sistemática e categorização dos materiais, mediante a adequação as unidades de registro e classificados por tema (BARDIN, 2006). Por fim, realizou-se a interpretação dos materiais obtidos (BARDIN, 2006).

9 ANÁLISE E DISCUSSÃO

9.1 Análises Preliminares

Os participantes da pesquisa foram nove pessoas que receberam o questionário via *e-mail*, acessíveis à pesquisadora ou acessíveis a outro respondente do estudo, além de pessoas que visualizaram a publicação do *link* da pesquisa nas mídias sociais. O número de respondentes foi inferior ao esperado, principalmente em vista ao grande número de desempregados no país; foram feitos esforços ao longo do período de quarenta e cinco dias, com contato com possíveis respondentes recomendados, publicação constante do *link* do questionário em várias mídias sociais, apesar disso, durante quinze dias não houve novas respostas, levando ao fechamento da recepção de respostas e início do processo de análise dos dados.

Salienta-se, que as respostas dos participantes auxiliaram na compreensão da baixa motivação em responder à pesquisa. Um fator apontado pela literatura como referência direta da situação de desemprego é o sentimento de vergonha (JARDIM, 2004). Dessa forma, ser apontado por conhecidos para responder a uma pesquisa sobre desemprego, reforça esse sentimento. Acredita-se, portanto, que uma forma encontrada pelos possíveis participantes para fugir desse estigma foi recusar em participar do estudo. Evidentemente, que este fato não pode ser comprovado e não justifica a ausência de respondentes, mas corrobora com a percepção da situação complexa que é o desemprego.

Optou-se pela continuidade do estudo, primeiramente em respeito as pessoas que dedicaram seu tempo respondendo ao questionário e compartilhando suas experiências, vencendo, inclusive, o sentimento de vergonha. Além disso, as respostas obtidas possuíam elementos enriquecedores e despertam a reflexão sobre o cenário atual do desemprego. Logo entende-se este estudo como teórico embasado em dados.

A partir dos dados originados do questionário foi possível formular um quadro apresentando as informações demográficas, como: gênero declarado (os sujeitos escreveram sua identificação de gênero), faixa etária, etnia, escolaridade, período de desemprego, ano no qual ficou desempregado e situação atual. Os dados são apresentados em porcentagem de cada variável por seção.

Quadro 1 – Informações Demográficas

Gênero	Etnia	Idade	Escolaridade	Tempo de Desemprego	Ano perda do emprego	Empregados Atualmente
44% Feminino	50% Negras	75% 26- 36	100% pós-graduação	25% Até 6 meses	11% 2013	75% Desempregadas
	0% Mestiças	25% 37-47		75% + 2 anos	11% 2014	25% Empregadas
	50% Brancas				11% 2016	
					11% 2018	
Gênero	Etnia	Idade	Escolaridade	Tempo de Desemprego	Ano perda do emprego	Empregados Atualmente
66% Masculino	40% Negros	40% 26-36	40% pós-graduação	80% 3 a 5 anos	11% 2013	40% Desempregados
	60% Mestiços	60% 37-47	11% ensino superior completo	20% Até 6 meses	40% 2015	60% Empregados
	0% Brancos		11% ensino superior incompleto		11% 2016	
			11% ensino técnico		11% 2018	

Fonte: própria (2022).

Os gêneros declarados dos respondentes demonstram que a maioria são do sexo masculino, o que está em consonância com os dados do relatório da OIT (Organização

Internacional do Trabalho) publicado no site *O Globo* (2019), onde há uma desigualdade de gênero entre os desempregados, o número de homens desempregados é muito maior que o de mulheres, as quais atuam em dupla jornada de trabalho, trabalhos informais ou meio período (O GLOBO, 2019).

É indispensável salientar que a ausência de respondentes brancos corrobora com o relatório da OIT (O GLOBO, 2019), que salienta que o desemprego é maior entre homens, negros. Além dessa questão, outra perspectiva possível dentro desse cenário é que os homens que responderam à pesquisa, em sua maioria, já retornaram ao mercado de trabalho. Em contrapartida, as mulheres respondentes ainda se encontram em situação de desemprego, apesar do alto nível de qualificação das participantes, que em sua totalidade possuíam pós-graduação.

Segundo Jardim (2004), a situação de desemprego não é uma exclusividade ou ocasionado somente pela falta de qualificação. Os dados acima demonstram isso, os respondentes tinham ensino médio completo e curso técnico ou superior em andamento/concluído, mas ainda assim, estavam desempregados por mais de um ano. A crise econômica que assola o país desde 2008, tem seus efeitos vigentes até o momento da conclusão deste artigo. O período 2013 a 2018, segundo os participantes, foi o período de desemprego mais longo vivido por estes.

Conforme os dados apresentados, os homens retornaram ao mercado de trabalho em maior número, o que pode ser explicado pela escolaridade diversificada, ensino médio, superior incompleto/completo, pós-graduação, que possibilitou a atuação em diversos tipos de trabalho. As participantes, as quais tinham pós-graduação, tiveram maior dificuldade em encontrar oportunidades adequadas a sua formação. Apesar disso, as mulheres apresentaram um período de desemprego com duração menor, entorno de dois anos, enquanto entre os homens o período de retorno durou de três a cinco anos.

9.2 Categorias

9.2.1. Estar Desempregado É....

A falta de emprego é uma condição que marca o sujeito em diversos aspectos da vida (PETINELLI-SOUZA; SOUZA, 2012). Um dos aspectos atingidos é a incerteza ou incapacidade de prover as necessidades básicas de sobrevivência, como: dificuldade de prover a alimentação, impossibilidade de pagar as contas, de comprar o que se deseja e o que se precisa (JARDIM, 2004). Para os respondentes, o sentimento de tristeza é o resultado direto da

condição de desemprego. Esse sentimento é condizente com literatura, que indica o desapontamento do sujeito consigo mesmo, essa ocasionada por vezes pelo não atingimento das expectativas sociais (CHANLAT, 1992; GÉNÉREUX, 2003; DUBAR, 2012).

Outro sentimento destacado pelos participantes foi o de vergonha. Essa vergonha está relacionada ao sujeito nas diversas esferas da vida social, visto que a ocupação profissional é um quesito social recorrente em diversos lugares. Dessa forma, não surpreende essa expressão ser a mais utilizada pelos participantes. O desemprego não afeta o sujeito somente enquanto ser social, mas o envolve por completo, transforma a percepção de si mesmo, do meio que o envolve, é um produtor de subjetividade (BAUMANN, 2005; DUBAR, 2012; NEVES, 2018; MARTINES; MACHADO, 2010). Assim, a produção de subjetividade decorrente do desemprego pode estar aliada ao sentimento de insegurança e impotência quanto ao futuro (JARDIM, 2004; DUBAR, 2012).

Para os participantes do estudo, não há por parte dos governos um esforço para transformar a situação do desemprego, e principalmente, soluções que favoreçam as pessoas mais carentes. Forrester (1996), Noccioli (1999) e Génereaux (2003), destacam que o caminho para enfrentar o desemprego é envolver toda a sociedade nesta causa. Assim, não basta somente aquecer o comércio, abrir postos de trabalho, injetar dinheiro na economia, todas essas medidas são temporárias e mascaram o problema. Além disso, segundo os autores, é indispensável a recusa de toda solução que exponha os trabalhadores a condições de trabalho degradantes.

Apesar disso, as medidas governamentais para enfrentar o desemprego, não visam garantir mais qualidade de vida. Dessa forma, para os colaboradores da pesquisa, eles estão sozinhos, sem futuro, esquecido socialmente. Trata-se de uma busca por recolocação profissional, a qual infelizmente, na percepção deles, é uma luta vencida pelo cansaço e pelo descaso dos que deveriam fazer algo, mas já cruzaram os braços.

9.2.2 Visão Social do Desemprego

O desemprego, enquanto situação amplamente conhecida, reforça a importância social do trabalho. Todos os participantes apontaram o desemprego como um assunto comum entre familiares e amigos. E que essa situação produz subjetividades negativas, pois as perguntas reforçam a percepção negativa de si, os sentimentos de tristeza, vergonha e fracasso. Além disso, é possível perceber que a duração do período de desemprego é um agravante na sensação de causa mal-estar, já que acarreta reafirmação da incapacidade ou falta de vontade do desempregado socialmente.

Salienta-se que a individualização da responsabilidade pelo desemprego torna o peso das dificuldades advindas da falta de trabalho maior sobre os sujeitos (NOCCIOLI, 1999). No convívio social, o prolongamento do tempo de desemprego causa a impressão que o indivíduo não quer trabalhar. Essa imagem desconsidera os elementos de acesso, discriminatórios e sociais que cercam os processos seletivos. Além disso, o aumento da duração do período de desemprego é condizente com a literatura e os dados do IBGE e Dieese, que confirmam que o tempo de realocação está maior desde 2008 (IBGE, 2019; DIESSE, 2019).

Por outro lado, apesar disso, não há uma compreensão social do efeito real da crise na busca por emprego pelas pessoas. Os participantes relataram que no início do período de desemprego há uma compreensão por parte dos familiares e da sociedade. No entanto, quando esse tempo ultrapassa os seis meses, um ano – período coberto pelo auxílio-desemprego, logo esse indivíduo ainda possui uma renda – já surgem situações negativas, como comentários do tipo: *não quer trabalhar, está escolhendo muito, você deve aceitar o que surgir* (FALA DOS PARTICIPANTES).

A fala dos participantes, evidencia a situação de vergonha e desvalorização. As expressões acima, revelam a percepção social do desempregado, e como essa imagem desconsidera se o trabalho acontece em condições adequadas, com remuneração suficiente, é seguro, higiênico, etc. Além disso, há uma omissão social quanto ao bem-estar dos outros, o que se considera é somente se está trabalhando ou não (FORRESTER, 1986; NOCCIOLI, 1999; RIBEIRO, 2000; BAUMANN, 2005; GÉNÉREUX, 2003).

Nessa mesma dimensão, segundo os participantes, há uma cobrança social sobre o sujeito, que esse busque ajuda com antigos colegas, contatos, clientes, parceiros do antigo trabalho, que solicite indicações. A efetividade da indicação como instrumento para vencer o desemprego não pode ser comprovada (BAUMANN, 2005; MOREIRA: DUTRA, 2006). Além disso, essa exposição da dificuldade de conseguir outro emprego, gera nos sujeitos o sentimento de vergonha, incapacidade, fracasso pessoal. Assim, a indicação pode ser uma ferramenta para conseguir uma colocação profissional, desde que aconteça com pessoas de confiança e que compreendam o momento do sujeito.

9.2.3 Distorção da Imagem de Si

Quando o sujeito está em situação de desemprego não há somente a cobrança social, mas também pessoal. A realidade vivenciada, conflita com as expectativas e desejos do sujeito, que distorce a imagem que tem si, produzindo novas subjetividades (GUATTARI; ROLNIK,

1996; MOREIRA; DUTRA, 2006; BAUMANN, 2005). Martins e Machado (2010) falam que no processo de produção de subjetividades pode ocorrer a atribuição de significados pejorativos, negativos em relação a si mesmo. Logo, há uma distorção da autoimagem do sujeito, que passa a duvidar de suas capacidades, do seu valor social. Porém, também pode estimular mudanças comportamentais.

Nos participantes do estudo, as subjetividades produzidas despertaram um comportamento de prevenção. Segundo as falas, houve a decisão de avaliar-se constantemente, preparar-se para uma possível perda do emprego, por meio de ações, como: economizar recursos financeiros, estabelecer uma rede de contatos, registrar as experiências e atividades desenvolvidas dentro e fora do trabalho formal. Essa atitude denota que esses elementos fizeram falta durante o caminho até o retorno ao mercado de trabalho.

Por outro lado, a distorção da imagem de si se torna mais um obstáculo a ser vencido na busca por um posto de trabalho. Assim, torna-se necessário que o sujeito consiga vencer a percepção negativa de si antes de conseguir o emprego. Gerar confiança na capacidade de exercer e executar uma atividade de trabalho é essencial para que dentre tantos candidatos o sujeito seja o escolhido (JARDIM, 2004).

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O assunto desemprego é recorrente nos telejornais, nas rodas de conversa, nos *sites*, etc., o entendimento do que é desemprego é mais complexo que o seu significado. O desemprego envolve diversos elementos, e abarca o sujeito por completo; indo além dos elementos considerados pelas estatísticas governamentais. Assim, há lentes de estereótipos e preconceitos que cercam o desempregado. Essas os pressionam e unicamente responsabilizam por sua condição, desconsiderando os elementos externos, dos quais não possuem o controle, como: as políticas públicas, economia nacional, entre outros elementos.

Desse modo, mudanças nas políticas públicas são necessárias. No entanto, antes é indispensável o envolvimento do coletivo, que precisa deixar a mentalidade do salvar-se a si próprio ao preço do prejuízo do bem-estar dos demais. Um exemplo dessa corrente de pensamento é o aceite de trabalhos degradantes, sem as mínimas condições de trabalho e qualidade de vida. Além disso, é preciso que o governo se ocupe com os menos favorecidos, elabore leis que os protejam, zelem pelos seus direitos e que busque dar oportunidade para que toda a população tenha condições de viver com mais que o básico, que não seja um privilégio dos que detém as maiores riquezas.

A condição de estar desempregado é um produtor de subjetividades, que molda as ações, a percepção do sujeito sobre o mundo e sobre si próprio. Dessa forma, o desemprego é a lente pela qual o sujeito enxerga, a si e aos outros, e, é a lente pela qual os outros o veem. Logo, o retorno ao emprego não irá anular as experiências vividas durante o período de desemprego, mas as subjetividades produzidas trarão novas perspectivas e ações.

Outrossim, o horror do desemprego é a indiferença, a omissão dos governos e da sociedade. Desse modo, o desempregado está sozinho, precisa encontrar formas de escapar da miséria, criminalidade, do roubo da sua dignidade. Enquanto isso, os possuidores da obrigação política de buscar soluções e a população, que deveria cobrar resultados, não estão engajados em encontrar soluções duráveis e favoráveis para todos. O direito a qualidade de vida e dignidade, ainda continua restrito a uma pequena parcela da população que detém as riquezas.

Este estudo contribui para o campo dos estudos organizacionais e sociais, ao instigar a reflexão sobre essa temática que ainda vigora em nossa sociedade e cujo final ainda não é visível. Além disso, contribui com a sociedade, ao levantar seu papel de protagonista na transformação social e política do país, ao mostrar sua parcela de responsabilidade no horror do desemprego. Para estudos futuros sugere-se investigar os efeitos desalentadores do desemprego como a perda da moradia, da dignidade, a entrega aos vícios, a depressão, etc. Como elementos que enfraqueceram o estudo, destaca-se o baixo número de respondentes, que do contrário poderiam ter revelado outras realidades, pontos de vista para além dos apresentados neste estudo.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R. Burocracia e Ordem Democrática: Desafios Contemporâneos E Experiência Brasileira. In: ABRUCIO, F. L. et al. Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasília: Ipea/Enap, 2018.
- OLIVEIRA, V. E de. **Burocracia e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Ipea: Enap, 2018.
- AGOSTINHO S. B. H. **A cidade de Deus**. São Paulo: Ed. das Américas, 1969.
- AGOSTINHO S. B. H. **Confissões**. 10.ed. Petropolis: Vozes, 1990.
- AGOSTINHO S. B. H. **Comentário ao gênesis**. São Paulo, SP: Paulus, 2005.
- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ALVES, I. Desemprego impulsiona aumento da população em situação de rua. **Observatório 3º Setor**. 2017. Disponível em: < <https://bityli.com/fYmKqBCho> >. Acesso em: 17 nov. 2022.

ANDRADE, M. de F. R.; ZECCHIN, G. Sociedade de Consumo e o papel da educação. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**. v. 2, n. 3. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. 2006.

BARROS, R. J. F.; GUTEMBERG, A. Sociedade de Consumo em Zygmunt Bauman e Gilles Lipovetsky. **Cadernos Zygmunt Bauman**. V.8. n. 17. 2018. Disponível em:< <https://bityli.com/VivDMQNF> >. Acesso em: 13. Mar. 2019.

BAUMANN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRANDÃO, M. G. A. **Impactos da perda do emprego e o papel da qualificação no processo de reinserção no mercado de trabalho**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia. 252f. 2002. Disponível em:< <https://bityli.com/ZVHswhdff> >. Acesso em: 21. Mar. 2019.

CHANLAT, J. F. **O indivíduo na organização**. São Paulo: Atlas, 1992.

DANTON, G. Metodologia Científica. **Virtual Books Online M&M Editoras Ltda**. 2000/2002.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez-Oboré. 1992.

DIEESE - **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos**. 2019. Disponível em< <https://bityli.com/RmATzowqr> >. Acesso em: 01. Abr. 2019.

DUBAR, C. **A Construção de Si pela Atividade de Trabalho: a socialização profissional**. Cadernos de pesquisa. v. 42. n. 146. p. 351-367. 2012. Disponível em:< <https://bityli.com/RsmxPOOSI> >. Acesso em: 22.jan. 2019.

FARINA, A. S.; NEVES, T. F. S. das. **Formas de Lidar com o Desemprego: possibilidades e limites de um projeto de atuação em psicologia social do trabalho**. v. 10. n. 1. 2007. Disponível em: < <https://bityli.com/lyOvlacP> >. Acesso em: 15. Jan. 2019.

FORRESTIER, V. **O Horror Econômico**. São Paulo: UNESP, 1997.

GÉNÉREUX, J. **O Horror Político: o horror não é econômico**. Tradução Eloá Jacobina. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003.

GODOY, A. S. introdução à pesquisa qualitativa e as suas possibilidades. **Revista da Administração de Empresas**. v. 35. n. 2. 1995.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HOLZ, E. B.; BIANCO, M. F. O Conceito de Trabalho na Ergologia: da representação à atividade. **Trabalho & Educação**. v.23. n. 2. p. 157-173. Disponível em:< <https://bityli.com/yXwIdaCJ> >. Acesso em: 15 jan. 2019.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2019. Disponível em: < <https://bityli.com/yafLfYDLn> >. Acesso em 01 abr. 2019.

JARDIM, F. A. A. **Entre o Desalento e a Invenção**: experiência de desemprego em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 285f. 2004. Disponível em:< <https://bityli.com/taZgVrPzd> >. Acesso em: 11 jan. 2019.

JORNAL HOJE, 2022. Disponível em:< <https://bityli.com/BVaclJvds> >. Acesso em 17 nov. 2022

LEAL, R. G.; RITT, C. F. As consequências negativas da corrupção nos direitos sociais fundamentais no Brasil: as pessoas mais pobres como as principais vítimas. **Direito e Desenvolvimento**. v. 8. n. 1. p.107-128. 2017. Disponível em: < <https://bityli.com/oarFAybZF> >. Acesso em: 19 mar. 2019.

LISBOA, V. Desemprego de longo prazo cresce 42,4%entre 2015 e 2019. **Agência Brasil**. 2019. Disponível em:< <https://bityli.com/xlocTQss> > . Acesso em: 16 nov. 2022.

MARTINES, W. R.V.; MACHADO, A. L. Produção de cuidado e subjetividade. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, v. 63, n. 2, p. 328-333. 2010. Disponível em: < <https://bityli.com/FCNnXcvtB> >. Acesso em: 29 jul. 2016.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MASLOW, A. H. A Theory of Human Motivation. **Psychological Review**. v. 50. p.390-6. 1943. Disponível em: < <https://bityli.com/SiVDvPb> > . Acesso em 26. Mar. 2019.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOREIRA, A. R.; DUTRA, E. Perspectiva Sócio-Histórica e Abordagem Humanista Existencial: reflexões sobre o conceito de subjetividade. **Vivência**. v.31. p.49-59. 2006.

NACIF, C. M. L.; SOUZA, M. P. Reflexões Sobre a Aplicação do Trabalho Intermitente no Trabalho Doméstico. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. v.64. n. 97. p. 252-268. 2018. Disponível em:< <https://bityli.com/CQbNjdVE> >. Acesso em: 10. Fev. 2019.

NEVES, D. R.; NASCIMENTO, R. P.; FELIX, JR. R. S.; SILVA, F. A.; ANDRADE, R. O. B. Sentido e Significado do Trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à scientific periodicals electronic library. **Cardenos Ebape**. v. 16. n. 2. 2018. Disponível em:< <https://bityli.com/JNSIPEGQz> >. Acesso em: 23. Jan. 2019.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. São Paulo: FEA-USP, v. 1, n. 3, p.01, 1996. **Caderno de Pesquisas em Administração**. Disponível em: <https://bitly.com/ayHvfuab>. Acesso em: 10 set. 2019.

NOCCIOLI, V. M. Desemprego: a instituição política de uma questão social. **Revista Mediações**. v.4. n. 2. p.58-65. Disponível em: < <https://bitly.com/xlpklBQz> >. Acesso em: 07. Jan. 2019.

NOGUEIRA, E. S. A. O Contrato de Trabalho Intermitente na Reforma Trabalhista Brasileira: contra ponto com o modelo italiano. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª região**. n. 51. 2017. Disponível em: < <https://bitly.com/TLBbJBbgJ> >. Acesso em: 05. fev. 2019.

NORONHA, E. G. Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 25., 2001. Caxambu, MG., 2001.

O GLOBO. 2019. Disponível em: < <https://bitly.com/bqhiIzzpz> >. Acesso em: 07 ago. 2019.

OLIVEIRA, L. B. de. Percepções e estratégias de inserção no trabalho de universitários de Administração. **Revista brasileira de orientação Profissional**. v. 12. n. 1. p. 83-95. 2011. Disponível em:< <https://bitly.com/zqkMOVPIZ> >. Acessos em 21 mar. 2019.

PEREIRA, S. O. G.; CABRAL, J. P. C. Informalidade e Crise do Emprego no Brasil. *Revista Humanidades e Inovação* v.6, n.18, 2019.

PETINELLI-SOUZA, S.; SOUZA, E. M. O trabalho docente no curso de administração: algumas (re)significações. **Educação em revista**. 2012, v.28, n.2, p.83-102. Disponível em: < <https://bitly.com/UfkscIxcC>>. Acesso em 11 jan. 2019.

POCHMANN, M. "Brasil perde capacidade de empregar". **Folha de S. Paulo**. 23 abr.1998, cad. 2, p.1.

POCHMANN, M. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. *Estudos Avançados* [online]. v. 29, n. 85, pp. 7-19, 2015. Disponível em: <https://bitly.com/nCHFiscuq>. Acesso em: 16. nov. 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale. 2013.

REINERT, J. N. Desemprego: causas, conseqüências e possíveis soluções. **Revista de Ciências da Administração**. n. 5 p. 45-48. 2001. Disponível em:< <https://bitly.com/nkwSHoNWb> >. Acesso em: 8. Mar. 2019.

RIBEIRO, D. P. Aspectos Sócio-Políticos e Culturais Do Desemprego. **Multitemas**. n.16. p.97-100. 2000. Disponível em: < <https://bitly.com/FIHDYXL> > Acesso em: 02. Fev. 2019.

RIBEIRO, K. C. R.; ABEICHE, R. P. C. A repercussão da sociedade de consumo nos vínculos afetivos dos adolescentes. **Revista Mal-Estar Subjetividade**. v. 13, n. 1-2, p. 81-112. 2013. Disponível em: < <https://bitly.com/DPzWEIQi> >. Acessos em 13. mar. 2019.

ROSSI, P.; MELLO, G. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP **Nota do Cecon**, n.1. 2017. Disponível em: <https://bityli.com/HCYVmSRqy> >. Acesso em: 16. Nov. 2022.

SANTOS, G. P. G. dos. Desemprego, Informalidade e Precariedade: a situação do mercado de trabalho no após-1990. **Pro-Posições**. v. 19. n. 2. 2008. Disponível em:< <https://bityli.com/XQVEGdAKk> >. Acesso em: 20.jan. 2019.

SCHWARTZ, Y. Conhecer e Estudar o Trabalho. **Trabalho & Educação**. v.24. n.3. p. 83-89. 2015. Disponível em: < <https://bityli.com/AaFWqSgvZ> >. Acesso em: 20. Fev. 2019.

SILVA, L. A.; SANTOS, N. I. S. Subjetividade e trabalho na educação. **Revista Mal Estar e Subjetividade**. v.11. n. 4 1429-1460. 2011. Disponível em: < <https://bityli.com/fToQKvSXX> >. Acesso em: 22 jan. 2016.

TOLENTINO, E. S. dos; BASTOS, V. P. População em situação de rua: crise do capital e o desmonte das políticas públicas. **Temporalis**, v. 17. n. 34. p.301-331. 2017. Disponível em:< <https://bityli.com/EcEdwryyG> >. Acesso em: 28. Fev. 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VARGAS, J. A **Informalidade no Mercado de Trabalho: um desafio institucional permanente para a economia brasileira**. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 140f. 2015. Disponível em: < <https://bityli.com/LGaqQOdVj> >. Acesso em 16 nov. 2022.

VEIGA, A. C. da. Reforma trabalhista e trabalho intermitente. **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**. v. 8, n. 74, p. 15-26. 2019. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/150672>>. Acesso em 03. Mar. 2019.

VINUTO, J. A. Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**. v. 44. 2014. Disponível em:< <https://bityli.com/JXxZePYLi> >. Acesso em 04. Abr. 2019.

VERÍSSIMO, I. Desempregados formam fila gigantesca para entrega de currículos no Recife. **G1 PERNAMBUCO**. 2019. Disponível em: < <https://bityli.com/tjyqeBVSc> >. Acesso em: 16 nov. 2022.

ⁱ Doutorando em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0493-2214>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2542799741972343>.